



44 apresentar ao COEMA, mas eu quero apresentar aos senhores, eu tenho toda  
45 a previsão de receita da compensação de dois mil e dez, mas recentemente  
46 nós aprovamos vários projetos aqui que entraram recurso da compensação e  
47 eu quero mostrar para os senhores, é o caso da REVITA, é o caso da  
48 VOTORANTIM, é o caso da ELETRONORTE que foi aprovada a muito tempo e  
49 depois de muito tempo de briga da ELETRONORTE nós arrecadamos doze  
50 milhões, é o caso da HIDROVIAS DO BRASIL, é o caso da BUNGE, é o caso  
51 da CARGILL, todos recursos que entraram agora em dois mil e treze, eu  
52 preciso detalhar isso para os senhores, é um ponto, e um quadro de execução  
53 dessa compensação ambiental, nós temos desde dois mil e dez até dois mil e  
54 treze, vocês vão verificar a dificuldade que é em executar recursos da  
55 compensação ambiental, por que ao entrar o recurso aqui, com o caráter de  
56 obrigação de pagar, entra, vira recurso público, e nós temos que sofrer todos  
57 os problemas de execução burocrática e ai fica o recurso encalhado. Hoje nós  
58 temos certamente em torno de cinquenta milhões de reais da compensação  
59 ambiental alguma parte está sendo executada com muita dificuldade e eu  
60 quero demonstrar para vocês quais são e quais são as dificuldades que nós  
61 estamos enfrentado com a compensação tanto que nós aprovamos na  
62 reestruturação da lei de reestruturação da SEMA, a ampliação da modalidade  
63 de cumprimento dessa obrigação, não só com obrigação de pagar, mas como a  
64 obrigação de fazer, significa dizer que ao determina aqui no COEMA o  
65 percentual correspondente a compensação ambiental no valor do investimento,  
66 ele fica na possibilidade de não só pagar ao fundo, mas também de executar  
67 aquilo que a SEMA na câmara de compensação aprovar para ser executado,  
68 ou ele executa diretamente ou contrata uma instituição para executar, ou seja,  
69 o dinheiro não entra no ESTADO, mas os critérios e as metas de execução  
70 serão definidos pelo ESTADO, ai a gente vê se deslança a  
71 operacionalização da execução da compensação, e eu quero demonstrar para  
72 vocês onde isso foi previsto, o que é que foi executado, para ter a  
73 transparência dessa execução, por que fica aquela, pega o dinheiro, para  
74 vocês terem uma ideia o orçamento da SEMA, excluindo a compensação  
75 ambiental, para dois mil e quatorze são sessenta e sete milhões de reais, a  
76 metade é pessoal, a outra metade, um terço é o FEMA, então nós temos aí  
77 para vocês terem uma ideia, e eu vou demonstrar isso detalhadamente para  
78 vocês, em dois mil e quatorze se a gente considerar a compensação é mais de  
79 cem milhões de reais, são uns cento e cinquenta milhões, mas excluindo a  
80 compensação são sessenta e sete milhões, deste total, só com pessoal nós  
81 gastamos trinta e oito milhões de reais, é mais da metade, a previsão de  
82 receita orçamentária para o FEMA são vinte e um milhões de reais, previsão,  
83 mas só vamos executar o que a gente arrecadar, geralmente a gente arrecada  
84 setenta por cento disso ou oitenta por cento, e convênios a gente têm uma  
85 média ainda de executar do Fundo Amazônia, e alguns recursos do MMA, do  
86 IPHAN que eu vou mostrar para vocês, do MMA a gente está executando os  
87 recursos hídricos, aquele projeto de, aliais, já foi executado um projeto de

88 diagnóstico dos aterros de resíduo sólido e do IPHAN, são recursos para  
89 implantar o centro de recepção lá da Serra da Lua, em Monte Alegre, ou seja,  
90 gente, é o FEMA que executa todo o custeio da SEMA, exceção do custeio de  
91 atividade pública, como energia, combustível, essas coisas que é por conta do  
92 tesouro Estadual e o resto é pessoal, trinta e oito milhões, de pessoal que a  
93 gente hoje, nós estamos na nossa demanda de cinquenta por cento. Nós  
94 estamos discutindo com SEAD a duplicação de pessoal da SEMA por conta de  
95 desconcentração de atividade no interior, mas eu quero demonstrar isso  
96 detalhadamente, ai eu pediria aos senhores, apelaria, do descumprimento do  
97 meu compromisso hoje, porque eu quero detalhar isso mais, eu pedi para  
98 detalhar, por exemplo: O custo para o FEMA, temos um peso muito grande é o  
99 custo da TECNOMAPA, várias pessoas já perguntaram, quanto que se paga  
100 para a TECNOMAPA? Eu pedi para detalhar isso para demonstrar para os  
101 senhores, que é o que mantém o sistema todo funcionando, tanto o  
102 SISFLORA, quanto o SIMLAM, mantém a rede de informação funcionando, nós  
103 pagamos cento e setenta e cinco mil e oitocentos reais todo mês, isso vai dá  
104 em torno de dois milhões e cento e dez mil reais por ano para a TECNOMAPA,  
105 é a metade das nossas despesas de terceiros, então, tá aqui também eu quero  
106 demonstrar isso para vocês todo o detalhamento do recurso próprio, do FEMA,  
107 o que está previsto para dois mil e quatorze nós também vamos demonstrar  
108 aqui, a parte de investimento que nós vamos fazer em dois mil e quatorze é do  
109 FEMA, que são três investimentos estratégicos hoje para a SEMA: A  
110 implantação do SISFLORA dois, que nós já entramos com a concorrência  
111 pública, já foi aberta essa semana e vai abrir essa semana agora, ou mais  
112 tardar segunda feira, a contratação do SISHIDRO, para resolver o problema de  
113 informação e de gestão de recursos hídricos, esses são estratégicos, e outro é  
114 o investimento em obra aqui, para fazer a reestruturação desse prédio aqui por  
115 conta de todo o sistema de rede de informação que nós temos e adequação do  
116 prédio incluindo aqui uma adequação do COEMA, essa é a base de  
117 investimento em todo o FEMA, mas enfim, eu quero dizer para os senhores  
118 que eu tenho isso já em mãos, só que eu fui avaliar agora, antes de entrar para  
119 trazer aqui, e verifiquei que tem varias coisas que falta esclarecimento e eu  
120 quero detalhar isso, e a gente fecha uma outra oportunidade aqui, ou na  
121 próxima reunião, após a apreciação que a gente vai ter da VOTORANTIM, ai  
122 eu detalho isso para vocês e entrego para vocês, todo esse detalhamento, tá?  
123 Então eu peço desculpa de não apresentar agora, mais eu me comprometo  
124 que está aqui pronto para a apresentação, só o ajustamento desses quadros.

125 **Dr. Nilton Gurjão:** Só como sugestão, que o senhor apresentasse, porque eu  
126 estou vendo o relatório por escrito, talvez o senhor distribuísse isso para cada  
127 conselheiro, apresentasse através de slide os pontos mais interessantes, que o  
128 senhor achar que é interessante, não agora, na próxima oportunidade. **Dr.**  
129 **Colares:** Já está produzido o slide, já está todo produzido, na verdade se  
130 tivesse aqui eu ia até mostrar uns pontos para vocês, mas isso aqui já está em  
131 slide, já está produzido, eu pedi para destacar aqui alguns pontos, importantes,

132 como tipo de gasto que foi feito, gasto no passado que foi feito que está aqui e  
133 que a gente não sabe para onde foi, para vocês terem uma ideia no meu  
134 gabinete foi gasto um milhão oitocentos e setenta e cinco mil, entendeu? O que  
135 foi feito com da compensação, eu quero detalhar isso para vocês, abrir cada  
136 ponto desse aqui, serviço de terceiro? Nós temos previsto serviço de terceiro  
137 para dois mil e treze, oito milhões o que são oito milhões? Por que passamos  
138 de seis para oito, aí nós temos o ajustamento do contrato da TECNOMAPA,  
139 quanto é o contrato da TECNOMAPA? Que tem todo o custo de implantação  
140 do sistema de tecnologia, nós estamos montando outro prédio na Tamoios, aí  
141 eu quero detalhar isso para vocês, pra gente, tanto aí como da compensação  
142 inclusive, que tem uma coisa muito interessante a gente compreender essa  
143 questão da compensação, porque a empresa: Olha eu já passei o dinheiro,  
144 mas tu não vê o efeito disso, por quê? Essa é uma questão que eu brigo até  
145 com o TCE, porque o TCE hoje está cobrando não só a prestação de contas,  
146 mas a prestação da ação de governo na unidade de conservação, agora eu  
147 tenho quatro milhões cento e setenta e cinco mil hectares na estação ecológica  
148 da Grã Pará, eu tenho duas pessoas lá, para gerenciar, porque eu não posso  
149 contratar pessoal, e aí eu não posso fazer um gasto ou a organização de um  
150 Conselho, porque cada gasto tem que ter a apresentação da nota fiscal, como  
151 é um cara que vai oferecer um coffee break lá no interior de Oriximiná, não tem  
152 nota fiscal, eu não posso gastar, então tem todos esses entraves, e qual é a  
153 saída que a gente está dando para isso? Isso que eu quero demonstrar para  
154 vocês que nós estamos fazendo uma negociação de recursos em torno de  
155 sessenta e dois milhões para implantar toda a estrutura de funcionamento,  
156 monitoramento, fiscalização e administração na Calha Norte, só que nós vamos  
157 executar isso através da empresa com a contratação de uma instituição  
158 credenciada que é o FEBIL, por exemplo, isso nós temos preparado só que eu  
159 quero demonstrar para vocês como isso vai acontecer, para isso nós temos  
160 que compreender que compensação ambiental ela não é tão somente a  
161 obrigação de pagar, mas a obrigação de fazer, porque se não sempre vamos  
162 cair nesse mesmo problema. **Dr. Moura:** Só para perguntar se os conselheiros  
163 vão receber antecipadamente o documento, porque seria mais fácil para a  
164 gente acompanhar no dia da reunião. **Dr. Leal:** Bom dia! Presidente, eu  
165 gostaria muito que a gente discutisse um pouquinho essa questão da  
166 legislação ambiental, inclusive que envolve o FEMA e o COEMA, ela está toda  
167 desatualizada e o que compromete as nossas decisões inclusive aqui, um  
168 exemplo clássico o senhor acabou de falar que nós vamos discutir a questão  
169 de problemas de recursos hídricos, não tem nenhuma cobertura. **Dr. Colares:**  
170 Não, não eu só chamei a atenção que parte do recurso do FEMA, nós estamos  
171 contratando um sistema de informação e gestão de recursos hídricos. **Dr. Leal:**  
172 Mas é isso que estou lhe dizendo, não tem cobertura nenhuma que a gente  
173 possa disponibilizar recursos do FEMA, você não está me permitindo concluir  
174 meu raciocínio, doutor Colares, então eu gostaria de lhe dizer o seguinte: Hoje  
175 em dia nós temos um Conselho de Recursos Hídricos do ESTADO o que não

176 existia no passado, a competência da questão hídrica é desse conselho e não  
177 do conselho de meio ambiente, só um minutinho, neste momento a legislação  
178 não tem a menor cobertura a qualquer coisa que seja, e eu não sou contra não,  
179 eu só estou alertando que nós não temos a competência na legislação  
180 disponível hoje no ESTADO. Eu quero acrescentar presidente, que eu  
181 concordo plenamente que o senhor traga para cá, em outro momento, o mais  
182 rápido possível, por que o ano está se iniciando já há quase trinta dias e eu  
183 mesmo tenho certeza que os nossos colegas conselheiros, gostaríamos de vê  
184 o que está previsto para esse ano, e quem sabe sugerir alguma coisa, porque  
185 esse conselho não pode ser só de homologar as coisas, precisa realmente  
186 verificar de repente contribuir com o senhor na gestão desse fundo, na ultima  
187 reunião que nós tivemos aqui, eu levantei a questão das APAS, e das unidades  
188 que o ESTADO está criando e disse ao Senhor que nós estamos cometendo  
189 alguns deslizem que podem comprometer as decisões finais, e eu estou aqui  
190 com a lei que é uma lei Estadual, 5.752 no seu artigo 40 §2º item nono  
191 competência do COEMA: Definir a implantação de espaços territoriais,  
192 especialmente protegidos para a defesa dos ecossistemas. Então está muito  
193 claro que o COEMA, é que define esses espaços, e nós estamos trabalhando  
194 não é de hoje em outras administrações Estaduais, cometendo um erro sério,  
195 no meu modo de vê embora não seja operador do direito, mas entendo que nós  
196 precisamos corrigir essa questão nos casos que estão sendo discutidos hoje e  
197 nos que obviamente virão, eu peço muita atenção inclusive nesse item nove e  
198 dez: Fixar diretrizes para pesquisa científica nas áreas de conservação,  
199 preservação e recuperação do meio ambiente, isso também é competência do  
200 COEMA. Estabelecer critérios para orientar as atividades lucrativas, e eu vejo  
201 que isso, e não é uma prática errada sua, é uma cultura que já vem sendo  
202 desenvolvida e a gente está deixando de cumprir o que está estabelecido em  
203 lei, então eu gostaria muito, já que hoje o COEMA dispõe de um corpo jurídico,  
204 talvez seja o mais expressivo do conselho, nós temos três advogados, então  
205 que eles se encarreguem de fazer essa revisão, dessa legislação, inclusive que  
206 cita ainda que nós temos competência para trabalhar, na questão de ciência e  
207 tecnologia, e até para saber se nós vamos continuar com essa competência,  
208 porque hoje tem uma secretaria exclusiva para isso, se nós vamos continuar  
209 trabalhando para SECTAM, secretaria de ciência tecnologia e meio ambiente,  
210 então ela veio completamente desatualizada, precisa ser modernizada e  
211 rejuvenescida, sobre enchimento da atualidade, então eu gostaria muito de  
212 pedir que como presidente, estabeleça essa orientação ao conselho ao  
213 COEMA, a questão administrativa do COEMA, para que a gente possa  
214 também discutir na próxima reunião, já essa nova proposta de legislação que  
215 precisa ser corrigida e cumprida, a princípio era isso. **Dr. Colares:** É tu tens  
216 coerência, pertinência na tua colocação, a gente já fala de vez em quando  
217 nesse problema, por exemplo, do COEMA estabelecer áreas protegidas, mas  
218 já tem uma legislação aí que estabelece o critério do que são áreas protegidas,  
219 a institucionalização está prevista no macrozoneamento no zoneamento

220 econômico e ecológico e o COEMA definir ou COEMA ser ouvido, essa é uma  
221 questão de compatibilidade que a gente precisa fazer ai a gente precisa deste  
222 ajustamento, só acho que discutir já uma proposta na próxima reunião, eu acho  
223 que é meio complicado, o que eu proponho é que a gente está com um grupo,  
224 como tu falaste um grupo jurista, tem a OAB, tem o núcleo legislativo aqui, tem  
225 o MINISTÉRIO PÚBLICO e a gente pode compor, assim como nós fizemos  
226 com relação à mudança da resolução 079, fazer uma adequação dessa  
227 legislação pertinente, a competência e operacionalização do COEMA, nós  
228 estamos ai em vias de caminhar para a Assembleia Legislativa a  
229 reestruturação da SEMA, então essa adequação ela precisa ser ajustada, só  
230 que a gente certamente não vai fazer isso em um mês, na próxima reunião, nós  
231 precisamos , por exemplo a 079 fechada, então temos que concentrar esforços.  
232 **Dr. Leal:** Presidente, eu não estou me exortando não, o que eu estou propondo  
233 é que se faça uma minuta para que a própria Câmara Técnica do Conselho  
234 analise a minuta e trabalhe a minuta, o que estou propondo é que o Conselho  
235 que dispõem hoje de três advogados, possa fazer essa minuta embrionária que  
236 traga a Câmara Técnica do COEMA essa Câmara Técnica que obviamente vai  
237 dar o parecer final. **Dr. Colares:** Eu não tenho nenhum problema, é lógico que  
238 tem que fazer isso, pode surgir até aqui da presidência e da secretaria  
239 executiva, não tem nenhum problema, só que o nosso núcleo de legislativo, ele  
240 está lotado também, carregado, hoje nós temos questões urgentes para fazer à  
241 compensação ambiental, a questão de estágio sucessório, a questão das  
242 normativas de CAR para quilombolas e assentamentos, a reestruturação da  
243 SEMA, está um volume muito grande, ta? Eu só não queria ter essa  
244 responsabilidade, assumir a responsabilidade com vocês, de na próxima  
245 reunião ter uma minuta, porque isso a gente vai ter que fazer um estudo  
246 comparativo com todo sistema legal que temos, do anterior que tem no SNUC,  
247 o que tem na Lei ambiental, no código florestal, na reestruturação da SEMA, é  
248 um estudo mais detalhado, agora esse compromisso eu tenho contigo, agora  
249 eu não posso na próxima data, não há condição de fazer isso, e eu não vou me  
250 comprometer na próxima reunião. **Dr. Leal:** Eu insisto na minha posição, que  
251 essa legislação ela é a base para o funcionamento do conselho, o seu artigo  
252 segundo, me permita ler, mais um item aqui? O seu artigo segundo da lei  
253 Estadual que não foi modificado: criar, implantar e administrar unidade de  
254 conservação, então eu estou insistindo nisso secretário, então eu estou  
255 insistindo nisso secretário porque o conselho vive em cima de lei, se nós  
256 estamos com problema nessa lei. Nós precisamos corrigir. **Dr. Colares:** Claro,  
257 eu só não quero me comprometer em fevereiro, nós temos uma reunião em  
258 fevereiro, eu não vou me comprometer para fevereiro, então eu sugiro se o  
259 COEMA, a Câmara Legislativa, técnica, jurídica do COEMA, propor essa  
260 minuta, inclusive para SEMA, para o seu núcleo fazer, eu topo, mas nós não  
261 temos condições de fazer isso na próxima reunião porque nós precisamos, vê a  
262 079, tem o estágio sucessório, tem a compensação, isso tudo eu tenho que  
263 trazer para o COEMA, e eu estou cobrando do núcleo direto, para a gente ter

264 isso, mas concordo e é pertinente essa compatibilização, porque vou te dá um  
265 exemplo, o TCE também está preocupado com isso, se é criação de unidade  
266 de conservação, isso foi passado no COEMA? Não, é uma irregularidade que a  
267 gestão está fazendo, entendeu? Eu sei disso, eu só queria chamar atenção,  
268 Leal, com relação ao SISHIDRO, eu não estou pedindo para o COEMA aprovar  
269 o SISHIDRO aqui, nós levamos essa discussão, para os recursos hídricos, é lá  
270 que a discussão vai ser feita, está sendo feita. O que eu estou chamando a  
271 atenção é que a única possibilidade que nós temos de ter recurso para  
272 implantar esse sistema é do FEMA, e eu não vejo nenhuma separação do  
273 ponto de vista da finalidade do fundo ambiental que é a destinação para a  
274 estruturação da outorga e para estruturação da gestão de recursos hídricos  
275 não há nenhum projeto que a gente aprove aqui, se não tiver a outorga, se não  
276 tiver monitoramento do corpo hídrico do lançamento e da captação, então eu  
277 não vejo nenhum problema em pegar recurso do FEMA e dirigir para montar e  
278 adquirir esse sistema de gestão de recursos hídricos que é uma maneira de a  
279 gente desconcentrar e tirar ainda o atraso tecnológico que nós temos com  
280 relação à outorga. Para vocês terem uma ideia eu tenho dois mil processos de  
281 outorga aqui dentro, e a gente ainda faz a coisa na mão no Excel, isso é um  
282 absurdo, e a gente tem que implantar isso para dá vazão, dá agilidade e  
283 desconcentrar a outorga em vez de vim só em Belém, fazer nas regionais e  
284 facilitar a prestação de serviço ao usuário. **Dr<sup>a</sup>. Eliana Zaccas:** Só a colocação  
285 de duas questões, no momento essa atualização e modernização do FEMA, é  
286 mais do que pertinente porque são atribuídas ao conselho determinadas  
287 atribuições que elas precisam, eu acho que ser adequadas a uma nova  
288 realidade até por que também até a SEMA vem passando por um processo de  
289 evolução, quanto a questão do fundo, todo fundo ele é obrigado a ter uma  
290 proposta anual, plano de ação operacional e no final de todo ano a sua  
291 prestação de contas e realmente é preciso que se resgate isso porque ela é a  
292 transparência da gestão. A terceira questão que sempre me preocupa e eu  
293 tenho falado muito nisso quando se fala de adequar à legislação ambiental,  
294 código florestal ou qualquer coisa que impactem no marco regulatório, parece  
295 que o meio ambiente é só uma questão legal, a só quero os advogados, o  
296 advogado no meu ponto de vista ele entra no final para dá a formatação da lei,  
297 se não colide com lei superior, se ele está adequado com as normas, porque  
298 existe implicitamente dentro dessas coisas, existe uma coisa que se chama os  
299 impactos econômicos e sociais que o advogado em via de regra não tem, então  
300 você cria uma lei e quando você vai aplicá-la no setor produtivo, a coisa  
301 arrebenta, principalmente quando implica em termo de encargos financeiros,  
302 então é preciso vê também que a questão ambiental não é só uma questão  
303 legal, Ela é transversal, ela é multidisciplinar, envolve diversos aspectos e é  
304 preciso ter o cuidado por que se não ela se transforma em uma mera legislação  
305 legal e quando chega na prática a coisa arrebenta, tendo em vista hoje quando  
306 você faz o licenciamento ambiental de uma propriedade, ela vai exercer tal  
307 atividade, a cada etapa da atividade ela vai ter que vim a SEMA para pedir

308 licença, para pagar uma taxa financeira, quer dizer isso nem a SEMA tem  
309 pernas para ficar toda hora fazendo isso, e nem, eu acho que o produtor tem  
310 pernas e condições para está toda hora vindo licenciar cada etapa de sua  
311 atividade. Então muito cuidado com isso, quando fizer esses grupos de  
312 trabalho que questão ambiental não é só uma questão legal, ela é transversal  
313 ela é multidisciplinar, você tem que ter previsão econômica porque você tem  
314 que entender o seguinte no final, o dinheiro não aceita desaforo, lá na ponta  
315 arrebenta a atividade produtiva do ESTADO, cresce a arrecadação e o  
316 ESTADO continua no seu estado de pobreza cada vez maior. **Dr. Colares:** Tá  
317 certa Eliana, eu só quero chamar atenção que nós já passamos em alguns  
318 aspectos aqui, tal a resolução 107 com relação a agricultara familiar, aqueles  
319 que impactam e tudo mais. Eu quero chamar atenção inclusive, a gente precisa  
320 fatiar as coisas por parte, nós temos o problema, hoje o maior problema aqui  
321 que implica inclusive no custo do empreendedor, é a concentração da gestão  
322 ambiental aqui em Belém, é aqui na SEMA, eu já chamei isso aqui é irracional,  
323 só tem uma maneira de a gente fazer isso, é a habilitação do município, que  
324 nós já estamos hoje com sessenta municípios, começamos com vinte e cinco e  
325 estamos com sessenta municípios hoje habilitados, com maior ou menor  
326 problema com estrutura sem estrutura, mas já estão prontos para exercer sua  
327 autonomia seu empoderamento e serem cobrados por isso. A descentralização  
328 ela é importante e a outra é o aumento do porte da atividade de impacto local  
329 que a gente precisa mexer aqui no COEMA, nós temos que aumentar, não é  
330 simplesmente transferir para o município atividades, ir para lá, não, o município  
331 vai receber sua autonomia com a correspondente estruturação técnica, se a  
332 gente fizer isso no COEMA já andamos. Descentralização, aumento do porte  
333 do município, por exemplo, atividade oleiro, cerâmico, seixeiro, não tem por  
334 que está licenciando gente, é areia, argila, lá em Rurópolis, lá em Novo  
335 Progresso, isso é um absurdo, ou aqui em são Miguel do Guamá, em Ourém,  
336 quando na verdade a secretaria tem que está estruturada, a gente tem que ter  
337 um termo de referência único, com padronização de normatização e transferir  
338 para a prefeitura e ela exercer essa responsabilidade, esse é um ponto, um  
339 outro ponto que a gente vai contribuir também com isso, ai eu quero  
340 encaminhar aqui para o COEMA é próxima oportunidade depois da 079 para a  
341 gente discutir aqui, um ponto importante é o período de renovação de licença  
342 para determinadas atividades, aqui normalmente toda a atividade tem um ano  
343 para licenciar, mineração, a argila, é um exemplo, quando ele consegue o  
344 licenciamento dele já está esgotando o prazo para ele apresentar a renovação,  
345 só que ele apresenta a renovação nós assumimos um monte de  
346 responsabilidade, para analisar, e se não apresentar na data correta, suspende  
347 e para o empreendimento, ou seja, evidentemente que tem certas atividades  
348 que a gente tem que ter o cuidado de monitorar o impacto daquela atividade,  
349 por exemplo, uma atividade de mineração dependendo do tipo dela não dá  
350 para a gente dá uma licença por quatro anos, e o cara vir depois de quatro  
351 anos para ele renovar e comprovar as condicionantes sobre aos quais a licença



352 foi dada, não dá, nós estamos acertando inclusive um acordo com os  
353 mineradores aqui, oleiros cerâmicos, a gente vai dá quatro anos, ponto, só que  
354 a cada ano ele tem que apresentar um relatório de informações de impactos  
355 ambientais, ele apresenta a SEMA de maneira que a gente possa monitorar se  
356 ele não apresentar no primeiro ano esse relatório é suspensa a condição de  
357 quatro e ele é obrigado a assinar um TAC e renovar todo ano, então nós  
358 temos que criar um mecanismo de maneira também que não estrangule o  
359 empreendedor e não estrangule a SEMA porque todo ano a gente libera uma  
360 licença, daqui a um ano, eu tenho que ocupar aquela equipe, jogar, fazer  
361 vistoria, ir para campo, conferir cada condicionante, gente, isso é uma loucura!  
362 Eu estou agora com, a pesquisa da GEORADAR está parada, nós paramos,  
363 fomos autuar o cara, está parado lá, está dez dias parada, porque ele passou  
364 do prazo de apresentar o processo de renovação, e o processo de renovação  
365 incluía não só cumprimento das condicionantes, mas o relatório de impacto da  
366 atividade, e ele passou do prazo, e teve que papar, até receber a renovação,  
367 nós demos a licença de operação dessa pesquisa praticamente no semestre  
368 passado, e agora nós estamos parando a empresa por que eu tenho que  
369 obedecer a regra, tenho que parar, agora eu tenho que parar uma equipe para  
370 avaliar todo um relatório e que outros projetos vão ficar parados, é a história da  
371 VOTORANTIM que precisa entrar aqui, é a história da BELOSUN que precisa  
372 ser liberado é a história dos garimpeiros que estão com suas licenças, ai você  
373 ocupa a equipe, ai nós temos um ônus de uma irregularidade, de uma falha  
374 que acaba sobrando para nós, então nós temos que ter a pesquisa, será que  
375 vali a pena a pesquisa, a gente está renovando de ano em ano? **Drª. Eliana**  
376 **Zaccas:** Não existe um prazo estabelecido em legislação Federal? **Dr.**  
377 **Colares:** Isso é variável, eu não tenho em mãos para te dizer isso, mas isso é  
378 variável, dependendo inclusive do impacto da atividade, eu não posso em  
379 hipótese alguma deixar de está segurando, por exemplo, mineração, eu não  
380 possa dá quatro anos para um garimpo, de jeito nenhum, se o cara não cumpre  
381 um ano imagine quatro, agora eu posso estabelecer uma regra que o cara tem  
382 que me apresentar cada ano aquele relatório com todos os componentes para  
383 eu ir checar e se ele não apresentar eu intervenho, eu interdito, isso pode ser o  
384 retorno, entendeu? Então em uma mineração, por exemplo, um projeto já  
385 trabalhado uma SINOBRAS, por exemplo, o cara trabalha se alia, não tem  
386 nenhum problema, então o cara todo ano tem que se mobilizar para renovar  
387 aquilo? Então dá uma extensão e a gente vai cobrar deles apenas os relatórios  
388 para monitorar, esse é outro ponto que eu quero apontar e finalmente só para  
389 responder a tua questão com relação ao FEMA, gente, o que aconteceu é que  
390 nós descumprimos esses anos todos, a responsabilidade de trazer o FEMA  
391 para cá, não só para prestar conta, mas a previsão e na previsão eu estou  
392 trazendo muita coisa, já está lá no orçamento, não tem muito que mexer, viu  
393 Leal? Até por que o FEMA, a maior parte do FEMA, setenta por cento dele é o  
394 custeio para movimentar as atividades de licenciamento, é passagem aérea é  
395 diária, entendeu? E o resto é contrato para manutenção de sistema, sistema de

396 tecnologia de monitoramento e de fiscalização e o que sobrou são esses  
397 investimentos que nós vamos contratar de novo, mas não tem muito que mexer  
398 nessa estrutura é muito pouco recurso, é aquilo que eu falei para vocês recurso  
399 da SEMA é pessoal, enfim, ponto, é isso, só que eu assumo um compromisso  
400 com os senhores, eu quero assumir um compromisso com os senhores, isso  
401 tem quer ser discutido, no ano anterior a elaboração orçamentária, nós  
402 deveríamos ter discutido isso lá em maio ou em junho quando para a  
403 elaboração do orçamento, mas eu me comprometo com os senhores que esse  
404 ano nós vamos discutir o FEMA antes do período de elaboração orçamentária  
405 e quando chegar no orçamento seja definido cada um. **Dr<sup>a</sup>. Eliana Zaccas:**  
406 Quanto é o recurso anual do FEMA? **Dr. Colares:** Estimativa de vinte e um  
407 milhões para esse ano, mas eu te dou só uma conta. **Dr<sup>a</sup>. Rosa Keila:** A  
408 irrisória quantia de vinte e um milhões? **Dr. Colares:** Para esse ano previsão  
409 de arrecadação, mas eu vou mostrar para vocês o que é previsto e o que é  
410 arrecadado, por exemplo, tenho um quadro aqui, rapidinho. **Dr<sup>a</sup>. Rosa Keila:**  
411 Já vou até mudar o meu discurso. Bom dia, feliz dois mil e quatorze a todos os  
412 conselheiros, feliz dois mil e quatorze ao secretário. **Dr. Colares:** Olha aqui, só  
413 para vocês terem uma ideia, em dois mil e onze a estimativa de arrecadação  
414 foram treze milhões, mais só foi arrecadado doze. Só o arrecadado vou te dá o  
415 arrecadado em dois mil e onze: Treze, em dois mil e doze: Quinze e em dois  
416 mil e treze: Dezessete, esse é o arrecadado, agora o que tinha de previsão de  
417 despesa em dois mil e onze? Despesa orçamentária: Tinha vinte e um, e foram  
418 arrecadados treze, dois mil e doze previsão de despesa com a receita era  
419 dezessete, foi arrecadado quinze, e dois mil e treze a previsão era Dezoito, foi  
420 arrecadado dezessete, agora tem um ponto que eu vou explicar para vocês,  
421 uma coisa é o arrecadado e o que é repassado para SEMA, ai tem aquele vinte  
422 e dois por cento que a SEFA leva, que é o DAE, que todo mundo paga, por  
423 exemplo, em dois mil e treze foram arrecadados dezessete milhões trezentos e  
424 noventa e sete, mas recebemos quatorze, a SEFA ficou com dois milhões  
425 quinhentos e oitenta e dois mil, e ai quando eu cobro taxa de licença ambiental  
426 para as obras públicas, ninguém quer pagar taxa de licença ambiental para  
427 obras públicas, porque é obra do governo então não tenho que pagar, ai eu  
428 digo para ele, então o custo que eu tenho com diária, com vistoria, com  
429 fiscalização o tesouro vai ter que passar para mim, porque vocês vão falar,  
430 como é que a SEFA que só faz receber, fica com vinte por cento do valor  
431 recebido, não é ESTADO? Então, mas isso eu vou mostrar detalhadamente  
432 para vocês. **Dr<sup>a</sup>. Rosa Keila:** Mais é assim que funciona, a gente vê até no  
433 imposto de renda como funciona, bom Colares, eu na verdade estou tomando  
434 conhecimento desse fundo agora, então se foi suscitado pelos conselheiros, e  
435 pela questão do principio que a Eliana falou da transparência, eu acharia  
436 interessante você primeiro nos monitorar, qual a destinação que teria que ser  
437 dado deste recurso, em primeiro lugar, para que a gente soubesse, depois, a  
438 forma de distribuição disso, porque eu aqui tenho um pedido a ser feito: Que se  
439 pudesse inclusive estruturar o próprio COEMA, porque a gente chega, muitas

440 vezes precisa de um atendimento, e a gente observa que o COEMA, que é um  
441 órgão responsável, não sei se ele teria direito a uma parcela deste fundo, não  
442 sei se tem, mas se é um fundo do meio ambiente, teria que ser destinado, uma  
443 parte, e pelo que me consta uma vez que eu já visitei lá o Milton, salve engano  
444 não sei tinha só um computador, pois é, então, sabe eu não acho justo que se  
445 destine esse fundo unicamente, digamos para atender um setor, e não atender  
446 no caso a própria estruturação daquele que vai aprovar esse fundo, quer dizer  
447 não tem lógica, já começa assim essa demora, nos municia para que a gente  
448 saiba com o que esta lidando e depois eu acho que tem que se a atentar para  
449 essa questão legal sim, por quê? Porque se não se prestou conta até agora,  
450 ficou assim, devendo, é uma questão de legalidade, porque o poder público,  
451 ele não é aquele que só faz em virtude de lei, digamos, ele é obrigado a fazer e  
452 o que me preocupa mais e que a gente vive aqui discutindo é a questão da  
453 legalidade, se estamos legal, se não estamos legal, que a gente tem que  
454 obedecer a legislação, que a gente está fora e etc., mas tem coisas que a  
455 gente observa de prioridade, inclusive que mexe com essa questão de  
456 orçamento, não era do meu interesse tocar nisso, eu estou até surpresa de vim  
457 para cá falar disso, mas que assim, nos chama atenção de repente porque a  
458 gente quer também participar desse processo, para que as coisas caminhem  
459 de forma legal, outra coisa que me chama atenção secretário, é a forma que se  
460 encaminha hoje a legislação, porque aquele dia do Hangar que nós estivemos  
461 lá, eu tenho observado que duas reuniões que a FAEPA participou, é assim, a  
462 gente é convidado para um fim e quando a gente chega à reunião a gente é  
463 pego de surpresa que já seria para outro, digamos a gente é convidado para  
464 tomar conhecimento de um termo, e quando chegamos lá na verdade já está  
465 para aprovar um decreto. E pela forma em que a gente tem sido pego de  
466 surpresa isso faz com que a gente acabe levando de novo a pés o rotulo de  
467 escrever, é, discriminatório contra o meio ambiente. Isso tem nos preocupado  
468 como representante do setor produtivo, por que defendemos o  
469 desenvolvimento sustentável, não somos contra a preservação, somos  
470 favoráveis. Mas que ela seja feita de forma legal, de forma participativa,  
471 chamando inclusive esses que são os maiores afetados, por exemplo, já recebi  
472 um convite para um jantar que vai haver aqui da bolsa de valores que vai  
473 negociar o CRA, aqui em Belém no Estado do Pará, referente à bolsa que vai  
474 negociar a cota de reservas ambientais. É aquela história, sou convidada para  
475 um jantar, mas já me antecipei, perguntei vocês que vão elabora o decreto do  
476 CRA? Responderam que sim, por que eles elaboraram e editaram o decreto no  
477 Rio de Janeiro. Começa assim, a empresa que foi contratada para elabora o  
478 decreto sobre a cota de reserva ambiental é a que elaborou para o Rio, que a  
479 realidade, já começa aí, é totalmente diferente. Ele já fez um contato pessoal  
480 comigo, no qual disse que lá já está dando certo. Aqui já falei pra ele, a  
481 realidade é diferente, que ele precisa realmente sentar e não vá para lá no dia  
482 trinta achando que já vai leva pronto esse decreto e que nós vamos engolir da  
483 forma que tem sido feito. Que ai ocorre o que a Eliana fala, quando chega no

484 final está acontecendo o inverso, chega com a lei para que a gente adéque a  
485 realidade do Estado. Está havendo inversão. **Dr. Colares:** Keila, deixa eu te  
486 falar uma coisa, eu compreendo a humilde fragilidade que nós estamos, só que  
487 eu como gestor público e gestor da SEMA tenho que fatiar o problema. O fato  
488 de apresentar não é sábio, só para apresentar o tema nunca cumprimos. Pela  
489 primeira vez estamos cumprindo e eu me comprometo, só não apresentei, pois  
490 estava previsto que na próxima reunião nós tínhamos acertado nessa reunião  
491 apresentar o detalhamento da execução do FEMA. E eu me comprometi não só  
492 o FEMA do orçamento da SEMA, por que se tem abatimento é compreender o  
493 FEMA dentro da SEMA, e trouxe hoje, como eu pedir para a equipe me desse  
494 um detalhamento e ela ainda não deu, estou exatamente a uma reunião  
495 pedindo mais um prazo que na próxima reunião eu vou apresentar para vocês,  
496 não só a previsão de receita da SEMA como a previsão de receita do FEMA, e  
497 do que foi executado de 2010 à 2013, até por que, 2011, 2012 e 2013 nós  
498 nunca aprovamos o FEMA aqui, e eu na última reunião recebi do Conselho  
499 uma carta branca dizendo: Colares, você apresenta e aqui nós aprovamos para  
500 você. Damos para você um crédito aprovado, mas nós estamos trazendo a  
501 reestruturação orçamentária da SEMA, com destaque do que é recurso de  
502 tesouro, o que é recurso próprio, o que é o FEMA, o que é convênio e o que é  
503 a compensação ambiental de 2010 à 2013 e a previsão de 2014. Vocês vão ter  
504 aqui o detalhamento do que fazemos com o dinheiro. Assumir um compromisso  
505 também com vocês que em 2015 nós vamos discutir esse mesmo orçamento,  
506 a previsão aqui, antes da elaboração orçamentária, pois o orçamento é  
507 elaborado em um ano e aprovado para ser executado no outro. O que vou  
508 demonstra aqui de 2014 do orçamento da SEMA e do FEMA, que já foi  
509 aprovado no orçamento, aprovado pela Assembléia Legislativa e a destinação  
510 do recurso, cada um já tem plano de trabalho. Mais te garanto a dizer que com  
511 relação ao FEMA não tem coisas esdrúxulas, não tem como fugir, agora com  
512 relação ao investimento eu chamei atenção de vocês. Vamos fazer três coisas  
513 que são estratégico estruturante para nós e para gestão ambiental. Primeiro: A  
514 contratação do SISFLORA dois, nosso SISFLORA um, ele está superado  
515 tecnicamente a gente precisa dar um salto no SISFLORA dois. Segundo:  
516 Contratação do SISHIDRO - Sistema Estadual de Gestão de Recursos  
517 Hídricos. Terceiro: A Reestruturação desse prédio aqui, esse prédio está  
518 sucateado, a situação de trabalho degradante não é só do COEMA é do  
519 servidor público, esse prédio aqui funcionava aqui quinhentos e cinquenta  
520 funcionários onde só cabe cento e noventa, o sistema elétrico é todo sucateado  
521 é uma ameaça à rede de funcionamento do sistema de informação nosso,  
522 então o que vamos fazer? Peguei dinheiro do FEMA do ano passado retiramos  
523 daqui a parte de licenciamento ambiental, alugamos um prédio, vou mostra pra  
524 vocês, isso é recurso do FEMA. Alugamos um prédio, compramos  
525 equipamentos, compramos mobiliário para funcionar a DILAP junto com a  
526 gestão florestal que será estruturada na Tamoios, no qual vai ser a base da  
527 Superintendência de Gestão e Licenciamento Ambiental de forma

528 descentralizada, vai ser à base do nosso projeto de reestruturação, mas já  
529 retiramos, e agora nesse mês está saindo a GESFLORA e o DEGEFLOR para  
530 lá, para eu poder mexer nesse prédio e aí ter o espaço adequado para o  
531 COEMA e o espaço adequado para Câmara Técnica, pois vamos fazer uma  
532 revisão do sistema elétrico daqui e uma reestruturação do prédio e uma  
533 adequação do prédio. Eu vou readequar aqui para a melhor instalação os  
534 funcionários e dos recursos hídricos que será o futuro instituto das águas.  
535 Iremos criar a sala de situação e reestruturar lá em cima a parte de  
536 administração e readequar para o funcionamento do COEMA, quero inclusive  
537 possibilitar e trazer o centro do batalhão ambiental para cá, o centro de  
538 comando para ficar próximo do secretário também. E nós vamos readequar  
539 aqui o COEMA e a Câmara Técnica para melhor funcionar, então essa é a fatia  
540 que eu tenho, tenho que trabalhar com isso, estou pensando lá na frente, um  
541 centro de desenvolvimento sustentável do Estado do Pará onde funcione o  
542 COEMA, e funcione um Conselho de Recursos Hídricos e todas as instituições  
543 de gestão ambiental em um só local, mas eu não posso esperar por isso, tenho  
544 que fazer o que tem, então vamos fazer com o recurso do FEMA, e eu vou  
545 mostrar para vocês isso detalhado na próxima reunião. Algum projeto de  
546 reestruturação todos os sistemas elétricos daqui de salva guarda da rede de  
547 tecnologia ele já está sendo finalizados, nós vamos iniciar e com adequação eu  
548 pretendo nesse primeiro semestre termos o melhor local de trabalho e o melhor  
549 local da Câmara, e as pessoas que saírem daqui terem uma condição mais  
550 digna de trabalho lá na Tamoios, isso é com o FEMA, por que eu não faço com  
551 o tesouro estadual, pois o tesouro estadual é para pagar o pessoal, como eu  
552 falei, trinta e oito milhões em um orçamento de sessenta e sete milhões, no  
553 qual trinta e oito milhões é pessoal e vinte e seis milhões é custo de segurança  
554 pública, combustível, energia etc. E o que sobra é o FEMA, e o FEMA no qual  
555 temos que pagar a cada plano de um manejo aprovado aqui na SEMA. Tenho  
556 que mandar pessoas para fazer vistoria em Jacareacanga, em Almerim etc.  
557 Tenho que pagar a diária e tem que pagar o avião e daqui para Itaituba custa  
558 dois mil e trezentos reais, então é um custo pesado, a estrutura fora o  
559 monitoramento e fora a ação de fiscalização que tem que ser feita, para o  
560 pessoal que vive em campo direto. Tudo isso é retirado do FEMA, e mais o  
561 pagamento do sistema de funcionamento tecnológico da SEMA, retira do  
562 FEMA, e o investimento em computadores também são retirados do FEMA.  
563 Mas eu quero mostrar para os senhores que tudo que tem do FEMA está  
564 sendo monitoriamente executado, também vou mostrar para vocês a  
565 compensação ambiental, que não entra, compensação ambiental é só para  
566 executar só para a unidade de conservação embora eu tenha registro histórico  
567 de desvio desse dinheiro para outra coisa, e vou mostrar para os senhores.  
568 Mas o dinheiro de compensação é para criar e manutenção de unidade de  
569 conservação ou de estruturação de aproveitamento de unidade de conservação  
570 ou de estruturação de apoio as comunidades tradicionais que vivem na unidade  
571 de conservação, por isso que é uma trava, eu tenho cinquenta milhões, só

572 posso usar se for nisso, e aí o que é que nós vamos fazer? Se eu comprar  
573 equipamentos para fiscalização, ajudo a gestão ambiental e ao mesmo tempo  
574 ajudo a preservação das unidades de conservação. É isso que estamos  
575 tratando, mas eu espero que a oportunidade aqui de debater isso com os  
576 senhores assim como eu faço com a Câmara de Compensação dando  
577 transparência a isso. Eu vou demonstra isso e vou repassar para os senhores,  
578 queria o detalhamento para que vocês expusessem ideias. A SEMA gastou  
579 oito milhões e seiscentos reais, em que do FEMA? Eu vou detalhar esses  
580 gastos: Dois milhões e dez mil foi TECNOMAPA são cento e setenta e cinco  
581 mil e oitocentos por mês para manter o sistema funcionando, e o restante cinco  
582 milhões, compra demais, compra de tecnologia e computadores. Mostra isso  
583 aqui é isso que eu quero que vocês tenham ideia. É o seguinte, essa discussão  
584 ocorreu por que eu acabei não apresentando esses números para todos vocês,  
585 peço desculpa, eu enrolei e não apresentei. Nossa ordem do dia tinha três  
586 pontos para nós discutimos, era a Câmara Técnica composição, apresentação  
587 do FEMA e alteração da resolução da 079, então como do FEMA ainda não eu  
588 não apresentei, fiz toda essa justificativa. Assumo o compromisso que na  
589 próxima reunião apresento não só o FEMA mais todo o orçamento da SEMA  
590 para os senhores e do que está previsto para 2014. Portanto voltando a pauta,  
591 o outro ponto Leal, tinha alteração da resolução 079 e nós fizemos aquela  
592 comissão com coordenação: Zé Carlos da OAB e o Leal para fazer uma  
593 primeira sugestão, eu não sei se você trouxe ou não? **Dr. Leal:** A comissão na  
594 verdade era a OAB, Ministério Público e a ONG que eu represento. Conversei  
595 com o José Carlos por esses dias, inclusive ele tá viajando, disse que tá  
596 chegando aqui e virá direto para cá. Nós não virmos o doutor aqui, pois estava  
597 de férias, por isso tivemos muita dificuldade de reunir. Na verdade estou  
598 falando em nome do José Carlos em a devida procuração, mas ele pediu que a  
599 gente apresente essa proposta da próxima reunião, tendo em vista que  
600 aconteceram alguns percalços que não permitirão a reunião, mas o  
601 compromisso fica mantido. **Dr. Colares:** Gostaria que a gente sinalizasse não  
602 só a questão do porte, evidentemente aquilo que nós abordamos aumenta o  
603 porte, mas para ter autonomia tem que ter a estrutura técnica correspondente  
604 para evitar, por exemplo, Ponta de Pedras. O licenciamento de posto de  
605 gasolina em Ponta de Pedras se não tiver engenheiro químico não vai fazer.  
606 Então é essa a preocupação que nós temos, pois eu recebo muito caso em que  
607 a pessoa tem habilitação, à prefeitura tem habilitação, mas não tem a estrutura  
608 técnica para aquela atividade correspondente que ele que licenciar, tem que ter  
609 habilitação? Tem que ter o engenheiro florestal, engenheiro agrônomo, técnico  
610 agrícola, mas não tem o engenheiro sanitaria ou engenheiro de mina para  
611 licenciar mineração, então esse é um ponto. O outro ponto viu Leal. Eu acho  
612 que a gente devia abordar no teor da 079, os critérios para a formação de  
613 consórcio para facilitar, pois municípios pequenos no caso do Marajó, por  
614 exemplo, Ponta de Pedras, Muaná etc. Não tem como, conter dois ou três  
615 técnicos, mais de repente o município se uni, ou a associação dos municípios a

616 AMAM, por exemplo ela pode contratar técnicos com a finalidade de dar  
617 prestação de serviços para o município e a prefeitura, o secretário do meio  
618 ambiente homologa, pois ele assume a responsabilidade, mas a prestação  
619 técnica pode ser da associação o que nos dar um avanço muito grande.

620 **Marcos Carrera:** Bom dia, trabalho na DIPLAN na parte da descentralização  
621 da gestão ambiental, e a última vez que o COEMA tratou desse ponto  
622 infelizmente não contou com a participação dos profissionais que trabalham  
623 com essa atividade. Já apresentei em uma das reuniões aqui, de que ao se  
624 pautar novamente nessa questão da 079 e a 089 inclusive, pois precisa  
625 também ser vista, os técnicos da COGER que tratam da descentralização  
626 sejam ouvidos, por que eles têm inclusive, várias proposições já apresentadas  
627 para melhorar essa resolução, esse é um aspecto. O segundo que está  
628 relacionado a isso é o COEMA se debruçar sobre a instrução normativa e a  
629 delegações de competências de algumas atividades do ESTADO para os  
630 municípios, onde tem municípios que não têm condição mínima para dá conta  
631 de mais de duzentas atividades de impacto ambiental local, mas estão  
632 recebendo atividades de competência da SEMA que é preciso a gente discutir  
633 isso, pois se não vamos acaba transferindo para o município, coisas que são  
634 de competência as vezes não tão estratégicas da SEMA, mas que ele não  
635 estão dando conta, no qual já tem duzentas e poucas atividades e acaba  
636 desqualificando o processo, então como essa relação vai ser efetiva lá na  
637 ponta. Outra questão são as condições para habilitação, tem município que já  
638 tem habilitação com dois técnicos. Com dois técnicos licenciar duzentas e  
639 poucos atividades, isso é uma interrogação, é algo que temos que questionar  
640 no sentido de procurar qualificar, além do papel das estruturas que o secretário  
641 está falando, essa reestruturação da SEMA da ampliação do quadro. Só para  
642 informar você secretário, nós servidores, acabamos de ter uma assembléia  
643 geral no qual decidimos paralisar as atividades da SEMA, terça feira vamos até  
644 a SEAD, cobrar uma posição da SEAD em relação ao decreto do governador  
645 que cancelou toda a reestruturação, reforma e implantação de PCCR,  
646 considerando que nós da SEMA estamos há dois anos fazendo projetos de  
647 reestruturação, inclusive criando dois institutos onde já investimos milhares de  
648 reais nesse dois anos. Destinamos muito tempo para isso, para que de repente  
649 o governador suspenda todo um processo desse. Então nós estamos parando  
650 as atividades para cobrar do governo, se vamos paralisar nosso projeto de  
651 reestruturação ou não. A segunda coisa que estamos colocando, é bom que o  
652 COEMA saiba, nós temos mais de cinquenta por cento de servidores  
653 temporários, dos quais muitos não tiveram seus contratos renovados e  
654 continuam fazendo manifestação técnica, parecer técnico. Isso é uma situação  
655 complicada. Estamos sugerindo e também tratando disso com a SEAD para  
656 que se faça um termo de ajuste de conduta para dá uma legalidade e uma  
657 regularidade na situação dos temporários até que se realize um concurso  
658 público que está no contexto dessa reestruturação. Queremos informar ao  
659 COEMA dessa paralisação na terça-feira e também ao secretário. **Dr. Colares:**

660 Com relação aos temporários, nós já tivemos uma reunião com o Ministério  
661 Público, ficou acordado a renovação dos temporários, não é que a gente queira  
662 temporários, ressaltando que cinquenta por cento do quadro técnico de  
663 quinhentos e trinta e três técnicos duzentos e setenta e quatro são temporários,  
664 e desses duzentos e trinta e cinco estão encerrando seus contratos agora,  
665 vamos colocamos no mercado até substituir esses. Nós vamos perder não só o  
666 capital humano que já investimos para substituir, vai se tornar um colapso, nós  
667 estamos com essa motivação garantindo a permanência dos temporários até o  
668 concurso publico. Por isso pedimos dois anos 2014 e 2015 para a manutenção  
669 dos temporários para garantir a prestação de serviço, e garantir aos  
670 temporários já que tem essa capacitação da sua manutenção para ele se  
671 preparar para o concurso público. Isso já está resolvido com relação aos  
672 temporários. Com relação ao decreto do governador, não estou preocupado  
673 com o decreto do governador, pois tem uma exceção, a nossa questão e a  
674 SEAD vai responder cadê o projeto de vocês?Então PCCR vamos trabalhar no  
675 nosso plano em PCCR, pois nós paramos o PCCR dando preferência para a  
676 reestruturação. A reestruturação só tá fechando o pessoal, tento esse pessoal  
677 vou levar o projeto de reestruturação á Assembléia Legislativa, nós temos o  
678 apoio político dos deputados, ninguém quer dá prejuízo para SEMA e o  
679 governador nunca me disse assim, pelo contrario, ele sempre diz ser uma  
680 questão política da SEMA. Agora como foi em frente a ADEPARÁ, SEGUP,  
681 SEDUC? Pois esse pessoal já vem trabalhando há anos. Precisamos é  
682 trabalhar e fazer o nosso, não estou conformado não, do ponto de vista político  
683 estou entendendo esse sentimento e quero a reestruturação da SEMA, por que  
684 se não funciona. Com relação à colocação a habilitação eu quero dizer que  
685 não se dá gratuitamente a habilitação, se faz a parte técnica a avaliação e o  
686 órgão verifica a estrutura técnica. O município tem que ter lei municipal de meio  
687 ambiente e conselho municipal de meio ambiente, tem que ter o fundo  
688 ambiental e o gestor do fundo assim como a contratação comprovada com a  
689 matrícula e a designação do fiscal etc. E todos os instrumentos de  
690 licenciamento. Sem o qual a DIPLAN não dá habilitação inclusive você que  
691 assina a habilitação, pois não é feita gratuitamente, não sou irresponsável, não  
692 vou cometer uma coisa dessas, pois eu sei que em 2010 foi dada habilitação  
693 fotografada e quando você procurava o processo não tinha. Se hoje o COEMA  
694 ou qualquer deputado quiser saber se os municípios lá de Augusto Correa,  
695 Santarém, Altamira, Vitória do Xingu ou de Belém que são habilitados,  
696 entreguei a habilitação ontem, pois Belém vinha licenciando anos e anos e não  
697 tinha habilitação, se você quiser verificar se tem ou não condição, é só verificar  
698 lá no processo, agora temos que ter o bom senso, não pode um município  
699 como Ourém, Pacajá, Vitória do Xingu ter a mesma estrutura técnica que  
700 Belém. Para ter habilitação o cara não precisa ter quarenta técnicos, o que ele  
701 precisa é está estruturado para aquilo que ele vai habilitar. A possibilidade de  
702 habilitação de duzentos e setenta e cinco atividades, não é que ela tenha  
703 estrutura para atender duzentos e setenta e cinco atividades, ele não vai



704 licenciar duzentos e setenta e cinco cidades se não tiver estrutura, pois se ele  
705 licenciar mineração sem ter engenheiro, um geólogo ou engenheiro de mina, o  
706 ministério público vai lá e acaba, ele é como eu, tenho muita falta de técnico  
707 aqui, não estou licenciando, por exemplo, posto de gasolina em Santarém, pois  
708 não tenho estrutura técnica e nem engenheiro químico. Eles podem até vir de  
709 Santarém para cá, mas não é pelo fato do município está habilitado que ele  
710 tem autonomia para duzentos e setenta e cinco atividades. Qual a principal  
711 atividade em Ourém? É agricultura, apicultura e seixo, é a maior central de  
712 produção de seixo. Não é que ele vá ser habilitado, mas para licenciar seixaria  
713 tem que ter estrutura correspondente. Com relação à IN também da delegação,  
714 eu não sou maluco de fazer delegação para um município que não tem  
715 estrutura, se você pegar a IN está lá dito que o prefeito primeiro tem que provar  
716 que está habilitado e tanto o prefeito quanto o secretário do meio ambiente tem  
717 que assinar uma declaração dizendo que ele tem estrutura técnica e relacionar  
718 os técnicos para que eu possa ir à delegação. Essa delegação é feita mediante  
719 um termo de referencia, se a pessoa vai pedir para eu delegar para um  
720 loteamento, ele tem que obedecer ao termo de referencia. Existe uma cláusula  
721 que diz o seguinte, qualquer irregularidade a responsabilidade é da prefeitura,  
722 e tem que apresentar a SEMA relatório de execução. O que eu não posso e é  
723 um absurdo, a 079 dar ao município de Santarém, Altamira, Castanhal e de  
724 Belém autonomia para licenciar apenas dois hectares de loteamento, não  
725 posso travar o município, gente, então o que nós fizemos, a ideia foi da  
726 delegação enquanto o COEMA discute o aumento do porte. O município de  
727 Santarém eu deleguei para licenciar um shopping Center que iriam impor  
728 impactos regionais ou estaduais do shopping Center em Santarém para eu  
729 licenciar. Um município que tem mais de trezentos mil habitantes cuja  
730 secretaria é o dobro de funcionários que uni-se a Santarém, como é que eu  
731 não vou delegar? Agora ele vai ter que obedecer ao termo de referência, e nós  
732 vamos aprovar aqui no COEMA o aumento do porte de um shopping Center,  
733 pois é um absurdo um município licenciar um shopping Center de um hectare,  
734 isso é só o estacionamento do shopping Center. Um município pode licenciar  
735 um shopping Center de quatro hectares, desde que tenha estrutura técnica  
736 correspondente, por que se não ele não vai licenciar. É uma questão  
737 pragmática, precisamos destravar, eu passo noventa por cento do meu tempo  
738 resolvendo problemas de licenciamento, respondo para o Ministério Público,  
739 para o Ministério Público Federal, para a Polícia Federal e eu não tenho tempo  
740 para tratar de áreas protegidas, recursos hídricos, do COEMA, porque é uma  
741 concentração absurda, irracional. E a questão é, não é transferir  
742 responsabilidade, mais dá autonomia e empoderamento, agora, uma secretaria  
743 de meio ambiente não é uma placa com um técnico, por isso que é habilitação.  
744 E acho importante, inclusive Carrera que tu faça parte dessa comissão com  
745 relação à revisão da 079. Traga para dentro dessas discussões, agora o que  
746 eu acho que um município não precisa ter toda uma estrutura para se habilitar,  
747 se pegar um município como Inhangapi de São Francisco ele não precisa ter

748 engenheiro químico, pra começar ele tem que ter engenheiro agrônomo,  
749 técnico agrícola para atender atividade rural, à pecuária, se ele tiver a  
750 necessidade de licenciar um posto de gasolina, ele faz um convênio ou um  
751 consórcio com Castanhal que tem maior estrutura para isso, Castanhal não  
752 precisa contratar engenheiro florestal, pois não tem área rural. Os sindicatos e  
753 produtores rurais de Castanhal são produtores de Curuçá, Inhangapi de São  
754 Francisco etc. São essas coisas que precisamos racionalizar. **Dr<sup>a</sup>. Rosa Keila:**  
755 Gostaria de pedir uma vaga, se possível, na comissão. **Dr. Colares:** Na  
756 comissão? É lógico. Você não estava aqui na outra reunião, estava o  
757 Hildegardo, e outra coisa, nós já tínhamos iniciado essa discussão e pedir para  
758 o núcleo legislativo abrir uma chamada pública e chamar atenção das  
759 associações dos municípios, eu vir à associação dos municípios e as  
760 prefeituras, conversei com o secretário de meio ambiente de Belém, e me disse  
761 que tem umas contribuições para o Zé Carlos, e falei: Olha José Claudio não é  
762 só atividades eu quero que você reflita sobre o porte, por exemplo, eu sentei  
763 com os sindicatos dos postos de gasolina e me disseram que hoje o município  
764 tem autonomia para licenciar até noventa mil litros, disse pra ele me cobrar,  
765 pois tem mais de cinco mil postos de gasolina no Estado do Pará. Tenho que  
766 licenciar tanques, tancagem de Belo Monte, Itaituba é doze milhões de litros,  
767 quatro milhões de litros, e isso cabe a SEMA licenciar. Em um município com  
768 um posto de gasolina para licenciar noventa e meio litros é uma coisa pequena,  
769 é uma capacidade de instalação pequena, ele disse para mim, Colares,  
770 qualquer área urbana o máximo que se tem para instalação é cento e  
771 cinquenta, se você colocar, por exemplo, uma autonomia do município para  
772 cento e quarenta e você resolve noventa e nove por cento desses problemas.  
773 Agora quando aumentar o porte de noventa para cento e quarenta  
774 evidentemente que é necessário que o município tenha sua correspondente  
775 base técnica para fazer isso, então o município de Belém só vai licenciar posto  
776 de gasolina se ele tiver engenheiro químico. **Dr<sup>a</sup>. Eliana Zaccas:** E você não  
777 pode contratar? Pois por exemplo, no município pequeno se você licenciar dois  
778 postos, três postos de gasolina no máximo. **Dr. Colares:** Essa que é a questão  
779 do consórcio, por exemplo, na Ilha do Marajó tem aqueles postos flutuantes,  
780 em Ponta de Pedras tem aterro flutuante, agora vai precisar contratar  
781 engenheiro químico para aterro flutuante. Salvaterra e Muaná não têm  
782 condições. É importante na nossa resolução entender de que maneira pode ser  
783 feita o consórcio. A associação do município poderia, por exemplo, contratar  
784 uma equipe técnica da questão de engenheiro sanitário, engenheiro  
785 ambiental, engenheiro químico para dar suporte aos municípios, como Gurupá,  
786 Muaná, Ponta de Pedras, Currálinho que não têm condições, isso precisa ser  
787 ajustado. Castanhal, por exemplo, tem uma estrutura de serviços e comércio  
788 muito grande, isso justifica para Castanhal ter engenheiro sanitário e  
789 engenheiro químico etc. Em Inhangapi de São Francisco e Curuçá podem se  
790 associar com Castanhal a estrutura de Inhangapi ficava com os engenheiros de  
791 agronomia e veterinário que é atividade, e quando precisar de um posto de

792 gasolina, Castanhal disponibiliza um técnico. É essa questão que precisa ser  
793 tratada aqui para gente normatiza. Pessoal, invertei a ordem da reunião e ainda  
794 tem aquela questão, antes de nós vermos a ata, que era o primeiro ponto, mais  
795 começamos pela pauta e não pela ata. Ainda tem o ponto da composição da  
796 Câmara técnica com eleições dos seus presidentes. **Dr. Milton Maués:** A  
797 primeira reunião ordenada de cada ano a lei diz que tem que fazer eleição dos  
798 presidentes de vice presidentes de todas as câmaras técnicas, que são seis.  
799 Vou ler quem faz parte, e vocês vejam quem vai se manifestar que queira ser  
800 presidente e vice presidente. Primeiro: **Câmara Técnica de Assuntos**  
801 **Jurídicos** seria a FAEPA, a Rosa Keila de Sousa, Dr. Nilton Gurjão, Dr. José  
802 Carlos que é da OAB e o Dr. José Leal. Gostaria de saber quem tem interesse  
803 para se candidatar a presidente e vice presidente da câmara. **Dr. Nilton**  
804 **Gurjão:** Historicamente essa presidência é da OAB, José Carlos, não falei com  
805 ele, mas ele não teria nenhum problema em continuar assumindo essa  
806 presidência, depois a ad referendum a gente consulta ele para saber se quer  
807 continuar. **Dr. Milton Maués:** Posso colocar ele como presidente e vice  
808 presidente o Ministério Público? **Dr<sup>a</sup>. Rosa Keila:** Eu me candidato à  
809 presidência da câmara técnica de assuntos jurídicos, uma vez que sou  
810 advogada e operadora do direito. Nesse momento começa a eleição para a  
811 câmara técnica e os eleitos foram para presidente o Dr. José Carlos da OAB e  
812 para vice presidente o Ministério Público. **Dr. Milton Maués:** Segundo: **Câmara**  
813 **Técnica de Recursos Hídricos e Minerais**, os candidatos são a SESPÁ o Dr.  
814 Amiraldo que já esteve aqui de manhã e teve que sair, a SEICOM Dr. Davi  
815 Leal, a FIEPA Dr. José Conrado e o Dr. Moura representando que é o suplente,  
816 e a SEMA que é o caso do Carrera. Nessa eleição foram eleitos para  
817 presidente a SEICOM e para vice presidente a FIEPA. **Dr. Milton Maués:**  
818 Terceiro: **Câmara Técnica de Recursos Agropecuários e Florestais**, os  
819 candidatos são a SAGRI a Dr<sup>a</sup>. Eliana Zaccas, a FAEPA de novo a Rosa Keila,  
820 a FETAGRI que é um novo que o Dr. Manoel Imbiriba saiu quem entra agora é  
821 o João. Nesse momento ocorre a apresentação do João. **Dr. João:** Bom dia  
822 secretário e componentes do COEMA, meu nome é João de Jesus Sousa  
823 assumir o departamento pela FETAGRI federação dos trabalhadores no Estado  
824 do Pará no dia quatro de abril, sou da região da transamazônica, município de  
825 Placas, esse município é habilitado a mais de dois anos foi um dos primeiros  
826 municípios a serem habilitados. É o desafio dos municípios agora tem tantas e  
827 tantas preocupações aí, com a distância e também algumas coisas que  
828 precisam ser acompanhadas. Vou me colocar a disposição, e vamos construir  
829 esse processo juntos, obrigados. Nesse momento começa as eleições e foram  
830 eleitos para presidente a SAGRI, e para vice presidente FETAGRI. **Dr. Milton**  
831 **Maués:** Quarto: **Câmara Técnica de Recurso Pesqueiro**, os candidatos são a  
832 SAGRI, a Assembléia Legislativa, a FETAGRI e a FIEPA. **Dr. Colares:** Eu acho  
833 que existe um conceito de pesca, tenho a impressão que essa câmara chegou  
834 aqui por conta da falta de representação que não tinha secretaria e nem  
835 conselho. Até o licenciamento da própria atividade a gente não se discute aqui,

836 o que se discute é a atividade industrial. Eu acredito que essa atividade poderia  
837 está associada à Câmara técnica dos projetos industriais, de infraestrutura etc.  
838 Isso é mais uma mudança que precisamos compatibilizar mais em princípio  
839 essa atividade ligaria qualquer discussão para a câmara agropecuária. **Dr.**  
840 **Moura:** Acredito que existem algumas competências que fogem da  
841 agropecuária na questão de pesquisa, então deveríamos estudar as  
842 competências dessa Câmara Técnica e redistribuí-las. **Dr<sup>a</sup>. Eliana Zaccas:**  
843 Não podemos esquecer que até 2006, a questão de pesca era dentro da  
844 secretaria de agricultura, com a criação da SEPAq é que foi retirando essa  
845 competência. E é uma coisa muito esdrúxula que só funciona aqui. **Dr.**  
846 **Colares:** Faço uma sugestão já tem pertinência o Leal, não posso  
847 simplesmente transferir se está na lei, então sugiro que o presidente dessa  
848 comissão seja o mesmo presidente da agropecuária a SAGRI e FETAGRI.  
849 Nesse momento ocorre à eleição no qual foi eleito para presidente a SAGRI e  
850 para vice presidente a FETAGRI. **Dr. Milton Maués:** Quinta: **Câmara Técnica**  
851 **de Projetos Industriais Infraestruturais**, os candidatos são a SESP, A  
852 SEICOM, FIEPA e a FETIPA. Os eleitos para essa câmara foram para  
853 presidente a FIEPA e vice presidente a SEICOM. **Dr. Colares:** Por ultimo:  
854 **Educação Ambiental**, aí eu já tenho candidato. Quem está aqui em educação  
855 ambiental é a FETAGRI federação de agricultura do Pará, FIEPA, Organização  
856 Ambientalista do Brasil, OAB. Os eleitos para essa Câmara foram para  
857 presidente OAB e para vice presidente a ONG/AMOT. **Marcos Carrera:**  
858 Lembrando que essa comissão já tem o papel de conversar e dialogar com a  
859 educação ambiental que já está com um projeto de lei pronto para dá entrada  
860 na Assembleia Legislativa, que instituída por estadual de educação ambiental  
861 já foi debatida em vários regionais e vários grupos da academia. **Dr. Moura:**  
862 Tenho uma proposta aqui, essa composição das Câmaras Técnicas, a  
863 constituição das Câmaras Técnicas e o presidente seriam divulgados para todo  
864 o conselho, já a partir de amanhã. **Dr. Colares:** Eu acho que inclusive colocar  
865 no site da SEMA. **Dr. Leal:** Já pedimos algum tempo atrás na pagina do  
866 COEMA, até por que essas questões estão todas disponíveis lá. O COEMA  
867 precisa transparecer. Eu queria lhe pedir uma coisa, eu represento uma ONG  
868 que é ligada a questão mineral, que é a associação dos mineradores de ouro  
869 do Tapajós, e por coincidência eu tenho uma formação profissional em que eu  
870 exerci na minha vida toda, de geólogo, e lamentavelmente a ONG não participa  
871 nem da questão minerária e tal. Então eu embora por lei não possa obviamente  
872 participar da câmara técnica, eu gostaria de fato participar e tentar contribuir,  
873 pelo menos eu tenho obrigação se eu não tenho competência é outra coisa,  
874 mas obrigação eu tenho. **Dr. Moura:** A minha proposta é que seja adotado um  
875 comportamento, que as nossas duas comissões, as nossas reuniões são  
876 abertas a gente comunica para todo o conselho e convida a participação,  
877 evidente que só quem tem voto são os participantes da câmara técnica, mas  
878 são todos bem vindos nas reuniões das Câmaras técnicas, o Leal tem  
879 participado das nossas reuniões, e quem quiser sempre vai, a convocação é

880 feita através aqui da secretaria do COEMA, e é divulgado aqui para todo  
881 mundo, então todo mundo é bem vindo. **Dr. Leal:** Eu sugiro inclusive que o  
882 COEMA, quando eu digo COEMA, é o setor de infraestrutura do COEMA, que  
883 ele doravante, quando convidar para uma reunião de uma câmara técnica, que  
884 ele mande esse convite para todos os conselheiros, mesmo que não façam  
885 parte das câmaras técnicas, por voto, mas que eles sejam convidados e  
886 aqueles que se achem em condições de contribuir, que participe, ficaria mais  
887 democrático embora o voto seja somente, obviamente, daqueles que são  
888 indicados por lei. **Dr. Colares:** Bom, finalmente a aprovação da ata da ultima  
889 reunião, por favor, Milton: aprovado. Então está aprovada por unanimidade a  
890 ata. **Dr<sup>a</sup>. Eliana Zaccas:** Eu só queria fazer uma pergunta: O tipo de ata  
891 utilizada nesse formato é obrigatório? Porque na realidade ela é transcrita, na  
892 transcrição, quem está transcrevendo logicamente não entende do assunto e  
893 tem muita distorção, agora só que ela é tão grande para a gente ler que chega  
894 dá preguiça de ler aquilo. Falando sério, ainda mais quando você compõe em  
895 ipsi liter, quando poderia fazer uma ata mais resumida, uma síntese. Agora na  
896 realidade quem fizesse isso tinha que ter o domínio do assunto, não é qualquer  
897 pessoa do administrativo que pode colocar para fazer a ata. Por exemplo, lá na  
898 SAGRI, que é uma coisa muito menor, a gente faz por tópicos, um resumo e no  
899 final põe as deliberações, porque olha, até para a gente que tem que rever para  
900 ver se está de acordo é chato. **Dr. Colares:** O que acontece é que a ata acaba  
901 se constituindo até motivação de prova de posicionamento, é complicado isso,  
902 agora a gente tem que estudar ou então contratar um taquígrafo, porque a  
903 gente grava e também a pessoa que vai fazer ou ela não entende, ou ela tem  
904 preguiça. Bom gente tem que pensar em uma alternativa. Bom eu agradeço a  
905 presença de todos, a minha proposta é a gente fazer uma reunião  
906 extraordinária por conta da VOTORANTIM, porque a VOTORANTIM era para  
907 ser hoje inclusive, mas nós tivemos uma discussão com o grupo por conta da  
908 compensação ambiental e nós só aceitamos em trazer á apreciação do projeto  
909 aqui, se a empresa fizesse uma concordância com o grau de impacto ambiental  
910 que faz base de referencial para o percentual de cobrança da compensação  
911 então a empresa estava pedindo postergação dessa avaliação e nós não  
912 aceitamos e sentamos em uma mesa e a ajustamos que ela vai fazer o cálculo,  
913 a gente define o percentual e o valor sim, que pode ser modificada de acordo  
914 com o custo dos programas de mitigação que podem ser excluídos do valor de  
915 referencia, de investimento então por isso nós acordamos, então atrasamos o  
916 encaminhamento da VOTORANTIM para a apreciação, só que eu assumir uma  
917 acordo com eles e fechando isso um prazo de quinze dias aos membros do  
918 conselho ai eu passo para os senhores para que seja apreciada na próxima  
919 reunião a VOTORANTIM. **Dr. João Sousa:** Bom, secretário a nossa suplente é  
920 a vice-presidente da FETAGRI, e é da região do Marajó, e é secretária de  
921 política das mulheres da federação, só para comunicar o COEMA, e o José é o  
922 nosso assessor lá da secretaria de política agrícola, tudo bem? **Dr. Leal:** Eu  
923 queria acrescentar presidente, uma questão da VOTORANTIM, que eu levantei

924 na ultima reunião, que nós temos umas pendências de responsabilidade  
925 técnica junto ao CREA e eu conversei já algumas vezes com o Doutor Sergio e  
926 as pendências permanecem, então eu já disse e reforço, se as pendências  
927 ficarem aqui eu antecipo meu pedido de vistas, porque é preciso que nós  
928 tenhamos tranqüilidade para que se vier acontecer alguma problema que  
929 obviamente esperamos que não aconteça, que a gente tenha como  
930 responsabilizar alguém, então eu já pedir ao Doutor Sergio, passei a ele várias  
931 vezes, as pendências eram bem maiores algumas foram corrigidas, mais ainda  
932 nós temos algumas pendências que precisam ser e que pese já tem discutido  
933 isso aqui com alguns conselheiro, eu coloco essa questão legal, de  
934 responsabilidade técnica profissional, como uma das questões mais  
935 importantes de qualquer projeto que se elabora e que se aprova, porque  
936 depois vem as cobranças querendo conselho e outros instrumentos na hora  
937 que acontece os incidentes e os acidentes, então eu quero reforçar isso e  
938 solicitar que realmente nós dê quinze dias no mínimo, porque a gente precisa  
939 melhorar ainda mais o parecer que são feitos com relação a esses projetos,  
940 principalmente desses da envergadura desse da VOTORANTIM, que eu sou  
941 geólogo e obviamente quero vê-lo aprovado,mas com muita responsabilidade.

942 **Dr. Colares:** Bom, feito isso, sempre o Leal faz essa colocação, e todas as  
943 vezes que eu vou a qualquer discussão com qualquer, eu reforço, e bato  
944 novamente com a história de ART, todas às vezes isso, então não é por falta  
945 de insistência, inclusive do seu secretário, porque na verdade ou a empresa ela  
946 vai assumir ou um dia ela vai pegar “pau” e ai vão ter que se ajustar, então não  
947 é de nossa parte que há essa omissão, inclusive eu acho muito bom que a  
948 SEICOM, conduza também isso, porque a SEICOM é a primeira porta de  
949 entrada de todos esses empreendimentos, e eu quero viu wilton, porque na  
950 verdade fica aquela história, mas a SEMA é muita burocracia, eu não posso  
951 aprovar um projeto se não tiver um alvará da prefeitura, se não tiver inclusive  
952 uma certidão de registro lá na mineraria, lá com vocês, então são coisas que  
953 fogem a gestão ambiental, que eu acabo travando aqui para o cumprimento da  
954 questão fundiária, da questão técnica e todo mundo culpa a SEMA, porque o  
955 projeto fica aqui enalhado, um exemplo eu to dizendo, é isso, eu não trouxe a  
956 VOTORANTIM aqui porque ela não aceitou, ela queria que eu postergasse o  
957 cumprimento da lei do SNUC, com relação à definição do percentual da  
958 compensação, entendeu? Então não é a SEMA, ta lá, eu cumpro, todo mundo  
959 cumpre, é como a ART, se todo mundo cumpre, por que a VOTORANTIM não  
960 cumpre, entendeu? Ai, sempre vem àquela história do atalho para o secretário,  
961 é esse que é o problema, como eu falei para vocês, a GEORADAR está lá  
962 parada, por quê? Porque não cumpriu a legislação que todo mundo sabe que  
963 tem que fazer a renovação, ai o cara não faz, ai manda para o governador,  
964 manda para o secretário de indústria e comércio, lá o Davi me telefona: Colares  
965 o que está acontecendo a empresa está parada? Eles não pediram a  
966 renovação, pediram a renovação com cinquenta e seis dias antes de finalizar,  
967 se eles pedissem cento e vinte dias eles estavam renovados automaticamente,

968 agora por que que o engenheiro ambiental maduro, todo dia está aqui, não está  
969 sabendo disso? É como a questão da ART, todo mundo sabe que tem que ter a  
970 ART, entendeu? É isso que às vezes é importante que a SEICOM saiba, ou a  
971 FIEPA, por que o cara corre lá para reclamar da SEMA, mas não diz lá que não  
972 cumpriu com o que está aqui feito, ta? Muito obrigado. **Dr. Moura:** A gente faz  
973 sempre uma triagem nessas reclamações dos nossos associados, porque a  
974 gente sabe que é sempre uma meia verdade, outro dia aqui com o Maués, nós  
975 fizemos uma pesquisa com um associado nosso que estava reclamando de  
976 não ter recebido o licenciamento, mas pediram os documentos de  
977 georreferenciamento que ele não apresentou. **Dr. Colares:** Exato, e só para  
978 você ter uma ideia, se reclama muito aqui, tem quase duzentas licenças aqui  
979 no protocolo que não vieram buscar até hoje, de outorga, foram cento e trinta e  
980 seis que eu conferir, não vieram buscar até hoje. **Dr. Nilton Gurjão:** Secretário,  
981 só em o que ocorrer uma proposição para o conselho, de um voto que  
982 constasse em ata, um voto de pesar, pelo falecimento do ex- conselheiro  
983 Gabriel Guerreiro, ex- secretário, que constasse na ata essa proposição.